

A CONSTRUÇÃO TEÓRICA DOS CONCEITOS DE SOCIALIZAÇÃO E IDENTIDADE

Quando o homem se defronta consigo mesmo também se está se defrontando com outros homens. O que é verdadeiro quanto à relação do homem com o seu trabalho, com o produto desse trabalho e consigo mesmo, também o é quanto à sua relação com os outros homens, com o trabalho deles e com os objetos desse trabalho (Marx. Os Manuscritos: 101)

MARÍLIA SALLES FALCI MEDEIRO*

RESUMO

O artigo discute os conceitos de socialização e identidade, observando suas origens e tendências polissêmicas com base em autores clássicos e contemporâneos. Considera que a identidade é produto de socializações sucessivas que implicam a existência de uma articulação entre espaços externos e internos aos indivíduos. Emergem, nesse sentido, estratégias para obtenção de equilíbrio, capazes de superar as divisões e negociação entre as diferentes identidades reais ou virtuais.

* Doutora em Sociologia. Universidade de Picardie, Amiens, França. Professora do Departamento de Sociologia Universidade Federal Fluminense – UFF/ RJ.

deste texto, será o de procurar nos microprocessos de relações sociais as disposições subjetivas das ações sociais.

Neste estudo pretendemos analisar duas questões centrais:

– Como a sociologia encontrou e cunhou o conceito de identidade?

– Quais são os processos criadores da socialização e de uma identidade social?

INTRODUÇÃO

Os conceitos de socialização e identidade são empregados freqüentemente em sociologia e, muitas vezes, são apresentados sem rigor em suas construções. Por serem fortemente polissêmicos, é necessário defini-los antecipadamente, sobretudo o conceito de identidade, tendo em vista que sua origem vem da psicologia e seu emprego é muito recente na sociologia.

Ambos os conceitos passam por redefinições e nos remetem à relação entre indivíduo e coletivo, questão antiga e tão cara à sociologia. É importante enfatizar que são conceitos diferentes e, embora em suas construções estejam próximos, nos remetem a situações distintas. Para muitos autores, o processo de socialização delimita as condições de formação da identidade. Os processos a que se referem estão constituídos por sentimentos, consciência e representações sociais. É o componente subjetivo da ação social que deve ser levado em consideração, para que seja possível compreender e atingir os sujeitos da ação social. Portanto, o desafio

COMO A SOCIOLOGIA ENCONTRA A QUESTÃO DA IDENTIDADE?

As grandes mudanças do capitalismo na Europa, que se iniciaram nos meados dos anos 1970, não só trariam novos paradigmas produtivos (com a robotização e aplicação de máquinas de controle numérico), mas também o surgimento da aplicação de políticas neoliberais, o que mais tarde se denominaria de mundialização do capital. Esse processo de mudanças não só refletiria no processo produtivo, desenhando um novo ser para o capital, com a criação de novas políticas do Estado, mas também provocaria uma forte influência para se pensar em novos paradigmas de reflexão sociológica. A alegação corrente é que estavam surgindo fenômenos novos e que as categorias sociológicas estabelecidas não davam mais conta de como explicar a realidade tal como se apresentavam na contemporaneidade. Do lado do

capital, houve um processo de retomada do desemprego e, como conseqüência, reaparecem na Europa amplas parcelas da população excluídas do trabalho, redesenhando um novo tipo de exclusão social.

Não se pode esquecer que foi então a França que cunhou o novo conceito de exclusão social, que mais tarde se referiria ao novo pobre que começava a surgir. O que era novo eram as amplas parcelas de desempregados que não são mais pertencentes apenas à população de imigrantes sobrantes, mas também ao desemprego que começava a atingir a todos os franceses e também a vários países europeus.

É importante enfatizar que a origem do termo Exclusão estava no livro *Les Exclus: un français sur dix*, de René Lenoir, publicado em 1974. A pobreza no país começava a reaparecer e, somente no final da década, ela seria diferenciada dos tradicionalmente marginalizados, que eram os imigrantes e os moradores de *banlieus*. Por esse motivo, o fenômeno da exclusão era tratado mais em sua dimensão subjetiva e não na sua dimensão econômica e significado ocupacional (Escorel, 1999: 51).

Ricardo Antunes enfatiza que, na década de 80, os países de capitalismo avançado, presenciariam profundas transformações no mundo do trabalho, nas suas formas de inserção na estrutura produtiva, nas formas de representação sindical e política. Para o autor, foram tão intensas as modificações nestes países, que se pode dizer que a classe que vive do trabalho sofreu a mais aguda crise do século, atingindo não só sua materialidade, pois também teve repercussões profundas na sua subjetividade, afetando a sua forma de ser. Vive-se, no mundo da produção, um conjunto de experimentos mais ou menos intensos, mais ou menos consolidados, mais ou menos presentes, mais tendenciais, mais ou menos embrionários (Antunes, 1995: 15).

Vivem-se formas transitórias de produção, cujos desdobramentos são profundos na estrutura do Estado de bem-estar trazendo uma inse-

gurança constante na vida dos trabalhadores e de toda a sociedade que vive do trabalho. Na França, no final dos anos 80, uma década de grandes saltos tecnológicos, surge, portanto, uma profunda crise em nível das identidades sociais. A sociedade deixa de ser regida pela centralização do trabalho e passa a conviver com uma série de novos conceitos de classificação. São teorias que procuram entender as mudanças e, como diz Pereira, adotam o prefixo “pós”, parecendo indicar uma imprecisão de ordem teórica, como se os dois paradigmas da modernidade, que fundamentam a interpretação da sociedade – o paradigma do capitalismo e o paradigma da sociedade industrial não fossem mais suficientes para explicar as mudanças (Mellucci, 1996; citado por Pereira, 1998). Assim, sob os rótulos de pós-moderno, pós-industrial, pós-capitalista, pós-fordista, etc. todas elas procuram entender as mudanças produtivas em curso.

Hoje, ficou mais claro que, naquela época, a crise que começava a viver o capitalismo desenvolvido na Europa era conseqüência do desemprego que foi retomado como uma estratégia do capitalismo neoliberal em desmontar a estrutura sindical e questionar o “Etat de Providence” e impor uma nova lógica capitalista mas sob outros paradigmas não só produtivos mas também culturais e políticos, com a mundialização do capital e globalização dos mercados.

A partir de então, a sociologia volta a se preocupar não só com a dimensão macro, mas também com o tipo de inserção daqueles que estão *dentro* e os que estão *fora* (*in-out*) do novo processo produtivo. As bases deste processo, que se denominou de neoliberalismo, acabavam de ser instaurados não só na França, mas também na Inglaterra, local de sua primeira experiência com M. Tatcher, e se propagaria rapidamente por outros países, inclusive na América Latina.

Olhando por este prisma histórico, *a exclusão social* passa a ser a categoria chave em praticamente todas as Ciências Sociais, influenciando não só uma redefinição de paradigmas

da sociologia como a inclusão de novos conceitos e categorias que pudessem dar conta dos novos fenômenos do capitalismo contemporâneo. Este é o caso do conceito de *identidade*, pois envolvia compreender a situação dos imigrantes agora em situação de mão-de-obra sobrando nos países de capitalismo avançado da Europa. Com a chamada globalização, era importante refletir sobre as identidades nacionais, dominantes e periféricas.

Era muito grande a necessidade de se compreender o que é *identidade*. Em 1979, foi realizado em Toulouse um seminário internacional, no qual vários pensadores de diversas regiões do mundo e diversas áreas de conhecimento – psicólogos, sociólogos, cientistas políticos, linguistas, antropólogos – buscavam refletir não só sobre as dificuldades do conceito, mas sobre as implicações ideológicas e intelectuais, individuais e coletivas a que o conceito se refere. O seminário que foi intitulado “Identidades Coletivas e Mudanças Sociais” foi um esforço não só intelectual, mas também ideológico e político para se compreenderem os problemas da diferenciação, da situação de pertencimento dos indivíduos a um grupo social, da diferenciação social, da afirmação e da singularização num momento de grandes mudanças sociais.

No seminário de Toulouse ainda não se falava de globalização, mundialização e neoliberalismo. No entanto, os estudos expressavam a necessidade de se compreender a identidade social dos indivíduos, e o esforço da sociologia em captar a construção deste processo dentro da confrontação entre culturas e grupos, na busca do idêntico e da alteridade, da similitude e da diferença. O conceito de *identidade* é, pois, o resultado de um esforço da sociologia em procurar compreender as semelhanças e as diferenças entre os indivíduos.

Como observa Renaud Sainsaulieu, o conceito foi lançado bruscamente dentro do debate teórico, como se a análise das práticas, dos sistemas, das estruturas, das ideologias e dos conflitos, não fosse mais suficiente para explicar uma

realidade sócio-política em movimento, a cartografia dos grupos e os modos de vida de uma sociedade (Sainsaulieu, 1986: 275).

A noção de identidade aparece, então, como um conceito fortemente polissêmico, sempre impregnado de acepções diferentes. Como afirma Terreol, a análise do conceito de identidade é acompanhada por várias dificuldades, pois todo avanço neste domínio necessita de uma aproximação pluridisciplinar (Terreol, 1991: 9). Isto significa procurar as raízes do conceito na fenomenologia e na psicologia social e reconstruí-las na sociologia. Para o psicólogo, ao abordar as questões da identidade, o que conta é a saúde mental do indivíduo. Por sua vez, para o sociólogo, é fundamental entender o papel que tem o indivíduo no grupo e qual será sua eficácia para o funcionamento do grupo. Para a sociologia, não se pode falar de identidade sem relacioná-la ao conceito de socialização.

A Relação do Conceito de Socialização com o Conceito de Identidade

Os conceitos de socialização e identidade são termos pronunciados na linguagem corrente e mesmo dentro das Ciências Sociais, com significados e conotações diversas. Muitas vezes, esses significados são ultrapassados. É o caso do conceito de socialização que quase sempre se refere ao processo de inculcação de normas, imposição de valores. Por um lado, este conceito está passando por novas concepções, que visam sobretudo suprimir a dimensão passiva que classicamente a socialização assinalava aos indivíduos. Por outro, a sociologia incorporou recentemente, em seu debate teórico, o conceito: o de identidade. Este conceito veio influenciar e redefinir a dimensão subordinada do indivíduo frente aos problemas da socialização vista como aculturação.

O termo identidade torna-se mais problemático ainda, chegando alguns sociólogos a afirmar que essa designação não faz parte das

Ciências Sociais. Para eles, a questão subjetiva, a que o conceito se refere, não se coloca no terreno da sociologia. Modernamente, torna-se impossível falar de socialização sem entrar na problemática da identidade, pois são processos estreitamente ligados, como observam os autores Pierre Tap e K. Kerbel: *A construção da identidade pessoal não pode ser entendida se não recolocamos dentro do jogo do processo de socialização* (Tap, 1979: 90).

Neste sentido, não parece paradoxal ligar os problemas da socialização aos processos de formação da identidade. Isto nos permite articular o individual e o social, sem separar as estruturas internas da subjetividade das estruturas sociais externas. O que significa pensar que essas duas dimensões – a individual e a social – antes de se excluírem reciprocamente, são, ao contrário, partes da mesma realidade e da mesma história coletiva.

Esta é a perspectiva deste texto. Para realizá-la recolocaremos algumas abordagens teóricas clássicas que procuram analisar o processo de socialização e, a seguir, refletiremos sobre o processo de construção das identidades sociais. O uso dessas noções remete-nos a paradigmas subjacentes à explicação científica e que dizem respeito à relação indivíduo x sociedade, espaço x tempo.

Agruparemos resumidamente quatro abordagens sobre o conceito de socialização. A primeira pode ser vista no âmbito de uma tradição teórica que vem dos escritos de Émile Durkheim e privilegia o eixo temporal em suas análises. A segunda é mais fecunda que a precedente no que se refere aos problemas da identidade, visto que privilegia nas suas análises o eixo espacial, o que nos reconduz aos escritos de Max Weber e aos pensadores posteriores que foram influenciados pela sua teoria. Na terceira abordagem, retomam-se os escritos de Durkheim através das formulações de Bourdieu. Por fim, descreveremos a abordagem mais recente, que procura centrar suas discussões sobre a influência das duas primeiras teorias, nos trabalhos de Erving Goffman.

SOCIALIZAÇÃO COMO EDUCAÇÃO: AS CONTRIBUIÇÕES DE ÉMILE DURKHEIM

Durkheim distingue, pelo menos por abstração, a identidade individual da identidade coletiva. Para ele, o ser social é um produto da educação. Em sua teoria, a educação ocupa um lugar fundamental e é definida como “um sistema de idéias, de sentimentos, de hábitos que exprimem em nós, não nossa personalidade, mas o grupo ou os grupos de que nós fazemos parte” (Durkheim, 1963: 263).

A educação é examinada como algo eminentemente social e tem como função básica a tarefa de reforçar a homogeneidade do social. A socialização é, antes de tudo, o desenvolvimento de uma consciência coletiva. A sociedade é uma consciência coletiva que precisa ser introduzida dentro da alma da criança (Durkheim, 1963: 236). A consciência coletiva é que se exprime em nós e não a nossa personalidade individual. Portanto, somos produto do coletivo, produto de grupo ou grupos diferentes dos quais deles fazemos parte. Dito de outra maneira, a identidade social resulta de sua concepção de educação, que se faz através da “transmissão metódica de uma geração à outra” (Durkheim, 1963: 235).

Nesta trajetória, a identidade social se faz pela transmissão de crenças religiosas, práticas morais, tradições nacionais, tradições profissionais, opiniões coletivas que se transmitem de uma geração a outra. Esta transmissão metódica, como enfatiza Durkheim, diz respeito à infância e acaba com a iniciação considerada como um segundo nascimento, aquele do ser social. É nesse momento que o ser adquire um novo nome, que constituirá o elemento essencial da pessoa. O processo de construção da identidade coletiva em Durkheim é, então, “uma forma definida e particular que caracteriza as ações dos homens dentro da sociedade” (Durkheim, 1966: 96).

O ser social é constituído precocemente (e torna-se “o melhor de nós mesmos”). Este ser social se impõe ao ser individual, fixando-lhes obje-

tivos e princípios para toda a duração de sua vida. Podemos concluir dizendo que, em Durkheim, a causalidade está sempre na ação da sociedade sobre ela mesma. Jamais esta sociedade vai influenciar outra sociedade, mas os indivíduos.

Para apurar os conceitos de educação de Durkheim, seguiremos o caminho trilhado por Claude Dubar em contrapor as posições do referido autor com as propostas de Piaget (cf Dubar, 1991). Piaget, em sua obra *Julgamento Moral*, abre um debate com a teoria de Durkheim (Piaget, 1932: 414). Esse debate insere-se dentro de uma confrontação de teses essenciais da sociologia e da psicologia genética, tentando ultrapassar as oposições entre os pontos de vista psicológicos e sociológicos, no que se refere a socialização. Para o autor, a socialização é uma educação moral. Mas, a educação não é uma transmissão coercitiva do “espírito de disciplina” completada por uma ligação aos grupos sociais e interiorizada livremente graças à autonomia da vontade”.

Para Piaget, a educação é, antes de tudo, uma construção sempre ativa e mesmo interativa, de novas regras do jogo, influenciando o desenvolvimento autônomo da “noção de justiça” e a substituição de “regras de cooperação às regras de coerção” (Piaget, 1932: 414). Como Durkheim, Piaget também reconhece que a socialização tem se fundamentado primeiro pela coerção externa. O autor aceita a teoria do crime de Durkheim, elaborada em 1893, segundo a qual, “é somente através da existência de sanções que a condição da moralidade fica assegurada”. São as sanções que reforçam o sentimento moral e o crime é definido como toda ofensa que atinge os estados fortes da consciência coletiva.

Piaget e Durkheim estão também de acordo em reconhecer a individualização crescente da vida social. Na medida em que se desenvolvem as sociedades, as relações sociais tornam-se mais complexas e diferenciadas, permitindo a emergência do indivíduo em oposição a sociedade. Nestas sociedades a consciência coletiva é mais rígida, coagindo mais fortemente os indi-

víduos. Aqueles que transgredirem abertamente as normas devem ser punidos.

Ao contrário de Durkheim, Piaget dá maior destaque à autonomia da vontade, deixando para um plano secundário, o sentimento de medo à repressão. A proposição teórica de Piaget se fundamenta sobre a correlação fundamental entre as estruturas sociais (objetivas) e as estruturas mentais (subjetivas). Esta é a sua maior contribuição para os estudos sobre a socialização nos domínios da sociologia.

Existe uma correlação entre a socialização concebida como formas de organização de atividades e a socialização concebida como modos de desenvolvimento dos indivíduos. O social é analisado a partir de proposições objetivas, que são formas de organização coletiva. O desenvolvimento dos indivíduos é observado a partir de abordagens subjetivas, destacando-se os conteúdos das representações mentais, o processo de interiorização e exteriorização das estruturas sociais.

Piaget jamais separou, nem por abstração, as formas sociais de cooperação das formas lógicas de construção mental nas análises do desenvolvimento da criança. Opondo-se aqui também a Durkheim, assinalou de maneira enfática a correlação entre os processos subjetivos e objetivos que determinam a socialização dos indivíduos. Procurou as correspondências entre a organização objetiva e subjetiva da socialização fundada sobre o paralelismo psicológico das representações mentais (a interiorização das estruturas sociais), e os processos de cooperação social (expressões de exteriorização das estruturas mentais).

BOURDIEU: A SOCIALIZAÇÃO COMO INCORPORAÇÃO DE HABITUS

De maneira mais ampla, Bourdieu faz uma releitura da teoria da educação de Durkheim com a noção de *habitus*, palavra latina, utilizada por numerosos autores clássicos. Durkheim a utilizou em seu curso publicado sob o título *Evolution*

Pedagogique en France (1904-1905). Nesse curso, afirmava que há, em cada um de nós, um estado profundo de onde os outros derivam e se encontram unidos. A educação é definida como a constituição de um estado interior e profundo que orienta o indivíduo dentro de um sentido definido por toda a vida (Durkheim, 1969: 38).

Bourdieu, ao retomar essa noção filosófica clássica, lhe dá uma definição muito mais complexa, mais dialética e principalmente torna o conceito operatório. Define o *habitus* como “um sistema de disposições duráveis e transmitidas, sendo os comportamentos estruturados predispostos a funcionar como estruturas estruturantes de conduta. São princípios geradores e organizadores de práticas e representações” (Bourdieu, 1987: 24). O sistema impõe mecanicamente as normas do comportamento aos indivíduos, impondo um conjunto de disposições adquiridas de esquemas de percepções, de apreciações e de ações, inculcadas pelo contexto social em um momento e um lugar particular. Visto como um sistema de disposições de comportamentos e valores adquiridos, o *habitus* é também produtor de práticas e matriz de percepção, de apreciação e de ações. Trata-se, portanto, de “uma gramática geradora de práticas”. Nesta definição, deve-se acrescentar ainda que o *habitus* se realiza através de um sistema educativo complexo, incluindo a família, a escola e o contexto social.

De que maneira podemos situar o problema da liberdade dos sujeitos nessa teoria?

Bourdieu recusa-se a considerar os agentes como simples reflexos de estruturas objetivas. Essa questão fica mais clara quando analisa a gênese da socialização. As aprendizagens sociais (formais e informais, ditas ou não ditas) são inculcadas, tornando-se modos de percepção e de comportamento dos agentes sociais. Há uma preferência pelo agente social que age do interior para exterior. A transmissão do *habitus* é passiva, mas sua incorporação é um *mecanismo ativo*. A grande contribuição teórica do *habitus* é, principalmente, o sentido de interiorização ativa, permitindo uma redefinição das relações entre as formas so-

ciais e predisposições individuais. Aqui, a noção de *habitus* não é somente o produto de condições sociais de sua transmissão, mas sobretudo um princípio gerador de práticas individuais livremente escolhidas.

Podemos afirmar que Bourdieu faz do *habitus* uma noção que se interpõe como mediação entre as relações objetivas e os comportamentos individuais. O *habitus* é, ao mesmo tempo, produto de interiorização de condições objetivas e condicionador de práticas individuais. O *habitus* torna possível um conjunto de comportamentos e de atitudes, conforme as inculcações e as regularidades objetivas, possibilitando uma exteriorização. Trata-se de uma exteriorização de esquemas inconscientes, de percepção e de ação, permitindo que os agentes engendrem, através da livre espontaneidade e da criação, todos os pensamentos, percepções e ações conforme as experiências objetivas e as relações de classe.

Dito de outra maneira, o *habitus* de classe é responsável, portanto, pela perpetuação das relações de classes. Trata-se de um conceito que vem assim trazer um elemento essencial de respostas ao problema da reprodução social. Através da análise das funções do sistema escolar, Bourdieu acentua a inculcação sobre a transmissão do *habitus* de classe. É na obra *A Distinção* (1979) que são analisadas as estratégias que os agentes utilizam para assegurar as distinções sociais e os modos de reconhecimento distintos.

Concluindo, podemos dizer que, para Bourdieu, a distinção entre identidade individual e identidade social não é mais necessária. A identidade construída pelos indivíduos pode ser analisada ao mesmo tempo como produto interiorizado de condições sociais anteriores (as mais objetivas) e como expressão de suas esperanças individuais (as mais subjetivas). Ambos os movimentos resultam do reencontro de trajetórias socialmente condicionadas, com os campos socialmente estruturados. Esses dois elementos não são necessariamente homogêneos e as categorias significativas de trajetórias não são, necessariamente, as mesmas que estruturam os campos da prática social.

WEBER: A SOCIALIZAÇÃO COMUNITÁRIA E A SOCIALIZAÇÃO SOCIETÁRIA

Entre os teóricos clássicos, fundadores da sociologia, Max Weber abre uma segunda matriz teórica e seus escritos são mais fecundos que a tradição durkheimiana para se pensar o conceito de identidade social. Considerando as interações dentro da definição mesma do social, o autor recusa-se a pensar a sociedade como uma totalidade unificada e funcional, como a concebeu Durkheim. Tudo se passa como se a identidade dos atores sociais tivesse mais efeitos emergentes do sistema de ações que produtos de trajetórias biográficas. Weber não faz a oposição entre o individual e social. Em sua análise privilegia a relação entre os atores de um mesmo sistema e as formas de construção social ou mental de um mesmo campo de práticas e coerções sociais. A esse propósito, C. Dubar salienta que no pensamento de Weber, “a identidade dos atores sociais é o resultado provisório e contingente das dinâmicas diversificadas de engajamentos, dentro de espaços de jogo estruturado pelas regras em perpétua evolução” (Dubar, 1991: 64).

Weber define o social como toda ação específica determinada pela presença de um subjetivo vivido e pensado pelo ator ou como atividade humana dotada de um sentido subjetivo (isto é, não mecânico) que o ator em relação ao comportamento do outro e que torna possível decifrar a significação da ação (Weber, 1971). As características da sociologia compreensiva estão centradas principalmente nas interações do ator social com o outro. Nelas, são acentuadas as significações subjetivas pensadas pelo ator para realizar uma ação social (Weber, 1965: 327-398).

E como se estrutura, no pensamento de Weber, o processo de entrada do indivíduo na sociedade, ou seja, o processo de socialização?

No referido processo, distinguem-se duas formas de ações sociais: A primeira definida como ação comunitária ou socialização comunitária, e a segunda como ação societária ou socialização societária. A diferença essencial entre

essas duas maneiras fundamentais de mencionar o comportamento do outro é que a ação societária repousa sobre regras, que foram estabelecidas de maneira puramente racional, por finalidade. Neste sentido, a conformidade às regras repousa sobre ações subjetivas e voluntárias consideradas “como expressão de interesses comuns mais limitados. A ação comunitária, ao contrário da primeira, repousa sobre expectativas de comportamentos fundados no costume ou nos valores compartilhados. A socialização comunitária pressupõe uma coletividade de “pertencimento” e particularmente uma “comunidade lingüística”. A socialização societária, ao contrário da comunitária, é expressão não de um único, mas de uma constelação de interesses.²

Goffman: a identidade marcada pela dualidade

A terceira abordagem sobre identidade, mais atual que as anteriores, articula as duas tradições teóricas clássicas: durkheimiana e weberiana. Procura-se, modernamente, não tratar as identidades individuais em oposição às identidades coletivas, mas examinar os processos de suas complementaridades. Através das dialéticas argumentadas entre identidade “para si” e identidade “para o outro”. Esse autor analisa a identidade social através do encontro de dois processos heterogêneos, procurando não reduzi-los a um mecanismo único. Indica-nos o processo de atribuição da identidade, através das instituições e dos agentes diretamente em interação com o indivíduo. O segundo nos aponta para um processo mais subjetivo, interno ao indivíduo. Essa análise não pode ser desenvolvida fora do sistema de ação dentro do qual o indivíduo está implicado. Ao desenvolver uma abordagem interacionista dos fenômenos sociais, Goffman estabelece uma diferença entre identidade social e identidade pessoal:

As identidades social e pessoal são parte, antes de mais nada dos interesses e definições de outras pessoas em relação ao indivíduo cuja identidade está em questão (Goffman, 1975: 116).

A sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas. Esse processo de rotulação e o caráter que os grupos imputam aos indivíduos representam uma “caracterização efetiva” ou uma “identidade social virtual”. (Goffman, 1975: 11). Há, porém, um outro processo, mais subjetivo e reflexivo, experimentado pelo indivíduo cuja identidade está em jogo. O movimento de incorporação da identidade do eu realiza-se através das categorias e dos atributos que os indivíduos na realidade provam possuir. Trata-se do processo de “identidade social real” (Goffman, 1975: 12).

Estes dois processos não são necessariamente coincidentes. Quando estão em desacordo, a forma como a sociedade rotula o indivíduo e o que ele sente e o que é introjetado, depende do seu eu. Resulta, assim, uma ambivalência entre a “identidade virtual”, interiorizada ou projetada pelo indivíduo.

Uma das características da teoria de Goffman é apresentar a identidade do sujeito em uma oscilação permanente, entre uma unidade ou uma divisão do “eu”. Por um lado, o “eu” é um substrato indiscutível atestando a permanência do ser. Por outro, este ser está dentro das relações sociais e pertence a uma constelação de outros grupos. Esta divisão do sujeito fica claramente demarcada na obra *A Representação do Eu na Vida Cotidiana*, onde Goffman descreve o indivíduo, o ator social, entre um *personagem* e um *intérprete* durante as interações. A este respeito, Albert Ogien enfatiza que Goffman procura pensar as identidades do sujeito abandonando a psicologia e trazendo para a sociologia as análises do personagem e suas representações. (Ogien, 1989: 101).

A divisão do eu como expressão subjetiva da dualidade social aparece claramente através dos mecanismos de identificação. Tudo se passa como se o indivíduo fosse identificado por outra pessoa, podendo, no entanto, essa mesma identificação ser recusada. O indivíduo utilizará outras categorias, socialmente disponíveis ou mais ou menos legítimas, com as quais se identifica. Essas categorias podem ser de diversas origens ou valores, étnicos, regionais ou profissionais. A relação entre os indi-

víduos e os significados sociais que visam acomodar as identidades rotuladas passa pelos desejos dos indivíduos em construir novas identidades visadas. A construção de identidades reais ou virtuais só terá sentido se levamos em consideração as trajetórias vividas pelos atores sociais. A proposta fundamental de Goffman é pensar simultaneamente a multiplicidade da realidade social, a qual será incorporada pelo indivíduo.

CONCLUSÃO

Para concluir, será necessário inventariar pontos centrais da discussão proposta, procurando definir o que é identidade através de três componentes centrais que circulam entre os autores citados.

Primeiro, a identidade é qualquer coisa de *simbólico que vem de fora* da consciência dos indivíduos. É uma representação simbólica da pessoa que é elaborada por um grupo social, que pode ser a família, a escola, a sociedade, o grupo de pertencimento, etc. É o início da construção de sua imagem social, que não é elaborada sozinha, mas vem das relações que desenvolve com os outros, formando o *habitus*. Se é uma representação simbólica que vem do outro, pode-se afirmar que ela é coercitiva, pois está no desejo do outro em classificar, rotular, normatizar, definir e atribuir ao indivíduo um lugar dentro do social. Este primeiro componente é, portanto, uma representação durkheiminiano, que é realizada através da educação e comunicação com os outros. É o momento que o indivíduo toma conhecimento de como ele é percebido pelo outro. É o início da construção de sua imagem social, pela qual o indivíduo toma conhecimento de sua imagem elaborada pelo grupo, exterior à sua consciência.

O segundo componente, para que haja a representação, pressupõe que seja necessário o processo de *interiorização* da classificação simbólica que veio de fora. Portanto, é necessário que haja *identificação* do sujeito com os valores com os quais se vai identificar. Este segundo

componente é piagetiano e destaca a necessidade de existir uma correlação entre as representações mentais e o processo de interiorização das estruturas sociais. Há, pois, na construção da identidade o que Claude Dubar chama de uma *transação objetiva* (a socialização) e uma *transação subjetiva* (a interiorização) dos elementos com os quais o sujeito vai se identificar.

O terceiro componente pressupõe que os indivíduos em sua identidade são *divididos*. Isto quer dizer, que nem sempre os valores que vêm de fora, com os quais ele tem que se identificar, estão de acordo com os seus desejos. Há, portanto, uma divisão do sujeito. Este componente é goffmaniano, pois para o autor, existe sempre uma defasagem importante entre a identificação social dominante e a identidade real da pessoa. Os indivíduos têm uma identidade marcada pela dualidade. A forma como a sociedade rotula o que o indivíduo sente e o que é introjetado, vai depender das negociações ou estratégias do sujeito para conseguir um certo equilíbrio nas relações sociais. É necessário que o sujeito procure estratégias para gerir esta divisão e torná-la suportável. Assim, será necessária uma negociação constante do sujeito para equilibrar sua “identidade real”, a “identidade virtual” e a “identidade social”.

Claude Dubar, apoiado no pensamento de Piaget, afirma que existe uma transação subjetiva e outra objetiva como produtoras das identidades sociais. É dessa relação que se produz o equilíbrio do sujeito. A proposição sociológica de Dubar, na construção das identidades, enfatiza a articulação entre os sistemas de ação propondo as “identidades virtuais” e as “trajetórias vividas”, responsáveis pelas “identidades reais” dos indivíduos (Dubar, 1991: 116, 118). A identidade é, pois, uma representação simbólica da pessoa, elaborada através do outro, sendo externa ao sujeito e pode vir da família da escola, do trabalho. A identidade é um produto de socializações sucessivas (Dubar, 1991).

A identidade é construída entre dois espaços: entre o singular e o plural, entre o espaço interno e o espaço externo, entre o espaço do ser e o espaço da ação, da defensiva e da ofen-

siva, da discriminação e da assimilação, da inserção e da marginalização. Para que esses dois movimentos se processem acreditamos ser necessário que o ator social adquira a dimensão de si, para que ele possa se impor ao outro.

NOTA

- ¹ Esta distinção foi retomada por Weber na obra de Ferdinand Tönnies *Comunidade, Sociedade*, publicada pela primeira vez em 1887. Neste texto, Tönnies analisa esses dois agrupamentos, colocando-os em oposição. A comunidade é definida como uma “vida orgânica e real”, associada a tudo o que é confiante, vivendo exclusivamente em conjunto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTUNES, Ricardo. Adeus ao Trabalho. Cortez, 1995.
- BOURDIEU, Pierre. La Distinction. Paris: Minuit, 1979.
- BOURDIEU, Pierre. “Field Work in Philosophy”, in Choses Dites; Paris: Minuit, 1987
- DUBAR, Claude. La Socialization-Construction des identies sociales et professionnelles. Paris: Armand Colin, 1991.
- DURKHEIM, Émile. Education Morale. Paris: PUF, 1963.
- DURKHEIM, Émile. Education et Sociologie. Paris: PUF, 1966.
- DURKHEIM, Émile. L'Evolution Pedagogique en France, 2ª edição. Paris: PUF, 1969.
- SCOREL, Sarah. Trajetórias de Exclusão Social. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999
- GOFFMAN, Erving. O estigma. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- OGIEM, Albert. Le parler frais d'Erving Goffman. Paris: minuit, 1989.
- PEREIRA, Vera. “Trabalho e Trabalhadores numa Sociedade sem empregos”. Contemporaneidade e Educação – IEC – Rio de Janeiro, n.º 4, 1998.
- PERCHERON, Annick. L'Univers Politique des Enfants. Paris: Armand Colin, 1974.
- PIAGET, Jean. Le jugement Moral Chez L'enfant. Paris: PUF, 1932.
- TAP, Pierre. Identités Colletives et Changements Sociaux. Colloque International de Toulouse, 1979.
- WEBER, Max. Essais Sur la Theorie de La Science. Paris: Plon, 1965.
- WEEBER, Max. Economie et Societé. Paris: Plon, 1971.